

# CIDADANIA PARA TODOS: Em Busca da Inclusão Social<sup>1</sup>

---

*Lizelia Tissiani Ramos*  
*Fabiana Fachineto Padoin*  
*Ester Eliana Hauser*  
*Joaquim Henrique Gatto*  
*Júlia Bagatini*  
*Diego Albrecht*

## **Resumo:**

Esse artigo relata atividades desenvolvidas no projeto de extensão Cidadania para todos e conclui que as ações significam um importante espaço de socialização, reflexão e mobilização das comunidades envolvidas, garantindo a consecução dos objetivos que marcam a extensão na Unijuí. O intercâmbio universidade/sociedade, efetivado pelas atividades desenvolvidas durante a execução do projeto, reflete a preocupação acadêmica com a promoção de espaços sociais para a discussão de temas relevantes, que permitam o acesso à informação e o refinamento da autonomia do público envolvido, fortalecendo o sentido de cidadania e a maior compreensão da condição de sujeitos de direitos e de obrigações, do papel comunitário e da responsabilidade social de cada um.

## **Palavras-Chave:**

Cidadania. Família. Sociedade. Responsabilidade. Comunidade.

## **Abstract:**

That article tells activities developed in the project of extension Citizenship for all and it concludes that the actions mean an important socialization space, reflection and the involved communities' mobilization, guaranteeing the attainment of the objectives that you/they mark the extension in Unijuí. The exchange university/society, executed by the activities developed during the execution of the project, it reflects the academic

---

<sup>1</sup> Artigo fruto do relatório do projeto de extensão "Cidadania para todos", desenvolvido no ano de 2007, vinculado ao Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí.

concern with the promotion of social spaces for the discussion of important themes, that they allow the access to the information and the refinement of the involved public's autonomy, strengthening the citizenship sense and the largest understanding of the condition of subject of rights and of obligations, of the community paper and of the social responsibility of each one.

**Keywords:**

Citizenship. Family. Society. Responsibility. Community.

**Sumário:**

Introdução. 1 Descrição do projeto: caracterização, objetivos e metas. 2 Ações desenvolvidas e resultados alcançados. Conclusão. Referências

## INTRODUÇÃO

---

Entender e avaliar os processos de exclusão que caracterizam a sociedade contemporânea, bem como propor estratégias de enfrentamento a tais questões constituem atividades essenciais da universidade. Vive-se em um período histórico marcado por acentuado processo de exclusão, que se caracteriza fundamentalmente pela falta de acesso a direitos fundamentais a parcelas significativas da população. A consolidação do Estado Democrático de Direito, marcado pela normatização de um amplo leque de direitos e garantias individuais e sociais, gerou a expectativa da realização de uma sociedade mais igualitária e solidária, baseada na afirmação e no reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Paradoxalmente, a realidade mostra que parcelas extensas da população jamais vivenciaram plenamente a concretização de tais direitos e garantias e que, diante das transformações da ordem econômica mundial, a expectativa de acesso a condições dignas de sobrevivência torna-se cada vez mais distante da possibilidade de efetivação.

As transformações que marcam o período atual criam condições para uma paulatina substituição da relação explorado-explorador, que caracterizou o capitalismo industrial da primeira modernidade, pela relação incluído-excluído, na qual:

A exclusão social torna-se apartação quando o outro não é apenas desigual ou diferente, mas quando o outro é considerado como “não-semelhante”, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano (Nascimento, 1995, p. 25).

Esta situação evidencia que o exercício da cidadania não é efetivado para grande parte da população, não só em virtude da falta de acesso a bens fundamentais, mas porque a população excluída tende a aceitar e assumir a condição de não-pertencimento, percebendo como natural a exclusão e imobilizando-se diante dela.

A superação desta condição, na concepção de Wanderley (2004, p. 151), tem como exigência fundante:

A de um compromisso social ativo, a de ter esperança, baseada numa utopia, isto é, a possibilidade da humanidade e dos povos latino-americanos serem capazes de compreender, explicar e mudar a realidade social. E ainda que possa parecer um anticlímax, as propostas (...) passam necessariamente por uma metanóia pessoal, que integre elementos objetivos e subjetivos, expressa na participação individual e coletiva de transformação social por meio de gestos concretos que cada um pode empreender, na luta cotidiana pela cidadania, na solidariedade com os injustiçados e oprimidos.

A assunção da condição de cidadania implica a compreensão de que “a exclusão não é nem arbitrária nem acidental. Emana de razões proclamadas” (Castel, 2004, p. 41). Razões estas que a universidade, via ensino, pesquisa e extensão, deve discutir na tentativa de provocar a reflexão sobre a realidade de exclusão evidenciada e sobre o papel de cada um na superação desta condição.

No âmbito específico da extensão, que tem como público-alvo as comunidades socialmente mais fragilizadas, o papel da universidade é o de garantir não somente o atendimento de demandas individuais ou coletivas, mas, sobretudo, promover momentos de reflexão, que despertem no público-alvo, a compreensão de sua condição de sujeitos no processo de superação dos desequilíbrios sociais. Sentir-se semelhante, sentir-se sujeito de sua história e da história de sua comunidade é requisito fundamental para a afirmação da cidadania de cada um. Nesta perspectiva, um trabalho de extensão voltado à conscientização sobre direitos fundamentais e sobre o significado da cidadania reveste-se de importância fundamental.

## **I DESCRIÇÃO DO PROJETO: caracterização, objetivos e metas**

---

O projeto de extensão *Cidadania para Todos*, inicialmente denominado *Cidadania na Escola*, vinculado ao Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí, está sendo desenvolvido desde o ano de 2006. Trata-se de uma proposta que objetiva o estabelecimento de uma maior integração entre a universidade e a comunidade externa, mediante a criação de espaços que permitam, por meio de discussões sobre direitos fundamentais, maior exercício da cidadania por parte do público-alvo, caracterizado por sua condição de maior vulnerabilidade social. A partir da socialização de informações e das reflexões propostas, busca-se estimular ações individuais e coletivas que visam à efetivação de direitos consagrados e não respeitados.

O trabalho de extensão desenvolvido busca favorecer, por intermédio de oficinas e palestras ministradas por professores e acadêmicos do curso de Direito da Unijuí, o exercício da cidadania, operacionalizando ações voltadas à promoção e organização de movimentos sociais no contexto escolar e comunitário, levando informações produzidas no âmbito acadêmico para a comunidade em geral, propiciando o debate em torno dos temas propostos.

Objetiva também oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito o contato com distintas realidades sociais, garantindo a aplicação prática de conhecimentos teóricos construídos durante a formação acadêmica.

Para assegurar a concretização dos objetivos mencionados tem sido proposto um conjunto de metas, que se destinam aos acadêmicos e ao público-alvo. A preparação do grupo de alunos envolve pesquisa bibliográfica, seleção e produção de textos e material de apoio, bem como preparação para exposição oral em público, o que exige destes envolvimento e dedicação efetiva. Neste aspecto, os resultados positivos alcançados com a extensão estão diretamente relacionados ao grau de comprometimento dos acadêmicos com a proposta, o que revela que este espaço é importante para sua formação prática e teórica, mas sobretudo para sua formação humanista. Deste modo a atividade de extensão vai ao encontro da proposta político-pedagógica do curso de Graduação em Direito da Unijuí.

Durante a execução do projeto a temática da cidadania tem sido discutida numa abordagem multidisciplinar, privilegiando conteúdos relativos ao Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Trabalho e Previdenciário, Direito de Família, Direito do Consumidor e Direito do Idoso. As atividades, inicialmente desenvolvidas em comunidades escolares, ampliaram-se para abranger as organizações de bairros e grupos de Melhor Idade, por meio da realização de encontros de reflexão sobre temas relativos à cidadania e ao exercício de direitos fundamentais.

## **2. AÇÕES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS ALCANÇADOS**

---

As atividades desenvolvidas durante a extensão têm sido extremamente importantes para os grupos envolvidos. Percebe-se que tanto os acadêmicos quanto os grupos visitados têm aprimorado significativamente o sentido de cidadania, indicando que os objetivos da extensão têm sido plenamente atingidos.

A experiência vivenciada pelos acadêmicos durante a execução do projeto tem se revelado importante veículo na busca de uma formação tecnicamente qualificada e socialmente comprometida. O aprendizado, oportunizado pela pesquisa e pela preparação dos encontros, é significativo, mas percebe-se que é o contato dos acadêmicos com a realidade vivenciada por cada grupo participante que permite a exata percepção da realidade social, e também maior compreensão do seu papel, como futuros profissionais e cidadãos, no desafio de construção de uma sociedade mais igualitária. Neste sentido é o relato elaborado por acadêmicos envolvidos no projeto:

No ano de 2007 tivemos a oportunidade de participar do projeto de extensão denominado “Cidadania Para Todos”, vinculado ao Departamento de Estudos Jurídicos da Unijuí, cuja proposta foi tentar repassar a membros da sociedade, precisamente a integrantes dos grupos de idosos existentes no município de Ijuí (RS), determinados conhecimentos jurídicos fundamentais. Este repasse de informações deu-se mediante

encontros informais realizados nas sedes dos respectivos grupos, nos quais foram debatidos assuntos relacionados principalmente aos seguintes ramos do Direito: previdenciário, trabalhista, consumidor, Estatuto do Idoso, família e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Particularmente, poderíamos dizer que o resultado do projeto foi extremamente satisfatório. A primeira – e menos importante – razão é de cunho egoísta: a forma como a extensão foi conduzida permitiu-nos desenvolver, minimamente que seja, a veia da comunicação. Com o decorrer das palestras – e aqui usamos um termo impreciso, pois na verdade o que ocorreu foram conversas informais – pudemos integrar-nos de forma cada vez mais hábil com os interlocutores, de modo que os colóquios seguiam mais facilmente, o que possibilitava o fornecimento de esclarecimentos mais simples e úteis aos questionamentos que surgiam. Além disso, o projeto proporcionou-nos um relevante crescimento pessoal, sobretudo no que se refere ao exercício da cidadania, pois pudemos levar informações preciosas a uma camada da população que delas muito necessita.

A segunda razão, que julgamos de maior importância, diz respeito aos benefícios que um projeto como o realizado pode trazer à sociedade. Pudemos perceber o quanto uma simples informação vale para um determinado grupo social. E isso que as pessoas que visitamos não eram desinformadas; aliás, pelo contrário, pois os grupos visitados demonstraram ser, na medida do possível, muito organizados e cumpridores dos seus deveres sociais. Ademais, pensamos que iniciativas como esta fomentam a integração social, pois visam a politizar a público-alvo, possibilitando que os direitos deste grupo possam ser exigidos.

Portanto, pensamos que os resultados atingidos pelo projeto de extensão foram satisfatórios, razão pela qual deve-se buscar repeti-lo e aprimorá-lo. Além disso, com a realização de atividades similares a academia cumpre com um de seus deveres sociais, que é de informar a população, qualificando-a intelectualmente.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Relato elaborado pelos acadêmicos Diego Albrecht e Julia Bagatini.

Os resultados obtidos junto ao público-alvo são, do mesmo modo, significativos. Durante a realização dos encontros e oficinas procura-se garantir o máximo de participação e envolvimento do grupo. As oficinas permitem que as pessoas exponham suas principais dúvidas, preocupações e necessidades e garantem que a abordagem das temáticas se faça a partir da realidade vivenciada pelos participantes. Neste aspecto os espaços de trabalho têm sido extremamente ricos em discussões e reflexões, o que permite aos participantes vivenciarem, na prática, a idéia de cidadania.

Se, por um lado, as vivências com os grupos demonstram um certo grau de conhecimento em relação a direitos sociais, por outro percebe-se uma acentuada descrença na sua efetivação, o que desencadeia um sentimento de exclusão, de não-pertencimento e de apatia em relação ao exercício da cidadania, afetando consideravelmente a concretização das garantias sociais. Nesta perspectiva o trabalho desenvolvido pelo grupo executor assume o desafio de alertar os grupos envolvidos de sua condição cidadã, esclarecendo-se sobre a importância da participação, da mobilização e da consciência sobre direitos fundamentais.

Durante os encontros percebe-se claramente uma mudança de atitude e de percepção por parte dos envolvidos. Se, no início, há uma postura conformista e de descrença, na medida em que o trabalho avança e os temas são discutidos, o grupo assume uma postura diferenciada e já se vê capaz de, individual ou coletivamente, realizar ações aptas à satisfação de direitos não respeitados. Nesse sentido, por meio do trabalho de extensão desencadeia-se no grupo o sentimento de que é possível acessar direitos fundamentais, desde que haja comprometimento, atuação e organização.

Podem ser citadas várias situações práticas que deixam clara a mudança de percepção e atitude do grupo envolvido:

Em relação ao direito a transporte gratuito para idosos com 60 anos ou mais, no transporte coletivo interestadual, ou o direito a 40% de desconto nas passagens intermunicipais, constatou-se baixo grau de utilização. A partir dos



encontros realizados, vários relatos demonstraram mudança de atitude, eis que, seja individualmente ou por meio das coordenações de grupos de Melhor Idade, muitos passaram a pleitear o direito junto as empresas de transporte coletivo, obtendo êxito em sua procura.

Em relação ao direito à gratuidade dos medicamentos, em especial os de uso contínuo, verificou-se, de início, que havia descrença em relação ao acesso a tal direito, o que levava muitos idosos carentes a adquirirem a medicação com seus próprios recursos, no caso de falta ou recusa por parte do poder público. Durante os encontros o grupo foi estimulado a buscar, inclusive perante o poder Judiciário, o acesso a este direito fundamental. A pedido dos participantes foram propostos encaminhamentos individuais, seja pelo Núcleo de Prática Jurídica do curso de Graduação em Direito da Unijuí, pela Defensoria Pública ou pelo Ministério Público, no sentido da resolução deste problema.

Outro exemplo significativo diz respeito ao benefício da Prestação Continuada, que garante aos idosos com idade superior a 65 anos e que não tenham contribuído para a Previdência Social o direito ao benefício de um salário mínimo mensal. Durante os encontros vários relatos revelaram a existência de pessoas com direito ao benefício e sem acesso a ele. Diante destes relatos, por provocação da equipe executora, são feitas sugestões de encaminhamentos junto a Secretaria de Assistência Social e ao INSS.

Também merece destaque a riqueza das discussões em relação a benefícios sociais e sobre questões familiares. Temas como bolsa família, aposentadoria rural e benefícios assistenciais ocupam espaço privilegiado durante os debates, sendo que, diante das críticas e questionamentos propostos, a equipe executora procura destacar a função e a importância destes benefícios para a redução das condições de desigualdade social e para a inclusão de grupos sociais vulneráveis. Neste âmbito são estimuladas práticas de participação no sentido de controle e de denúncia das ilegalidades, eventualmente evidenciadas, na execução de tais políticas.

Violência doméstica, direitos e deveres dos membros do grupo familiar, separação e guarda de filhos e trabalho infantil também são temas amplamente debatidos pelos participantes, com as reflexões propostas buscando não só o esclarecimento de dúvidas ou a demonstração da responsabilidade do grupo familiar em relação à educação e proteção dos filhos, mas também o estímulo à socialização das informações e reflexões propostas ao grupo. Assim sendo, propõe-se aos participantes que se coloquem como multiplicadores das idéias e das reflexões produzidas durante os encontros.

A necessidade de discussão sobre Direito da Infância e Adolescência com todos os membros do grupo familiar já havia sido constatada nas edições anteriores do projeto de extensão, quando esta temática foi proposta somente aos jovens. Naquela ocasião ficou evidenciado que a dificuldade na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, bem como a dificuldade de responsabilização, de envolvimento e de compromisso destes grupos, deve-se, em parte, à omissão da família, que desconhece as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ou compreende de forma equivocada o seu significado. Nesse objetivo o trabalho buscou proporcionar ao grupo espaço de reflexão sobre o papel da família, do Estado e da sociedade na proteção de crianças e adolescentes.

Para além dos exemplos mencionados, durante os encontros também são feitos encaminhamentos de casos individuais a espaços de atendimento adequados (INSS, Assistência Social, Escritório Modelo, Defensoria Pública e Justiça do Trabalho) e são estimuladas práticas de organização comunitária, visando à efetivação de direitos consagrados. O objetivo de tais ações é, antes de tudo, conscientizar o grupo de que, como cidadãos, não só são sujeitos de direitos, mas também são responsáveis pela sua afirmação. Deste modo os debates contribuem de forma decisiva para a superação da visão paternalista e assistencialista das políticas sociais instituídas pelo poder público.

A experiência adquirida durante a execução do projeto tem demonstrado que os debates promovidos são extremamente significativos para todos os grupos envolvidos, e uma das razões é que a partir dela permite-se aos

participantes um importante passo para o exercício da cidadania e para sua afirmação como sujeitos de direitos. Os resultados alcançados têm sido satisfatórios, pois as atividades proporcionam aos acadêmicos o contato direto e o envolvimento destes com questões sociais complexas, que exigem conhecimento jurídico e compromisso social. O trabalho também proporciona à comunidade um amplo esclarecimento sobre temas jurídicos ligados às suas relações comunitárias e familiares, auxiliando-a a superar o desconhecimento sobre direitos e deveres e a compreender que o não exercício da cidadania retira do indivíduo o seu papel de protagonista na construção de sua história, levando-o à reprodução das condições sociais e materiais de exclusão em que vive.

## CONCLUSÃO

---

Ensino, pesquisa e extensão são instrumentos interligados e complementares para o efetivo desenvolvimento dos objetivos da universidade e de sua interação com a comunidade. Na prática oportunizada pela extensão o conhecimento produzido pela pesquisa e pelo ensino encontra caminho para estimular ações que contribuam para a transformação dos sujeitos e da sociedade.

Neste sentido o projeto *Cidadania para Todos* significa um importante espaço de socialização, reflexão e mobilização das comunidades envolvidas, garantindo a consecução dos objetivos que marcam a extensão na Unijuí. O intercâmbio universidade/sociedade, efetivado pelas atividades desenvolvidas durante a execução do projeto, reflete a preocupação acadêmica com a promoção de espaços sociais para a discussão de temas relevantes, que permitam o acesso à informação e o aprimoramento da autonomia do público envolvido, fortalecendo o sentido de cidadania e a maior compreensão da condição de sujeitos de direitos e de obrigações, do papel comunitário e da responsabilidade social de cada um.

## REFERÊNCIAS

---

- BITENCOURT, Edgard M. *Alimentos*. 5. ed. São Paulo: Leud, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CAHALI, Youssef S. *Divórcio e separação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2004.
- CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 4. ed. São Paulo: LTR, 2003.
- FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. *Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente: proteção ou punição*. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MONTEIRO, W. B. *Curso de Direito Civil*. Direito de família e das sucessões. São Paulo: Saraiva, 2004.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão. *Proposta*, Rio de Janeiro: Fase, ano 23, n. 65, jun. 1995.
- SARAIVA, João Batista da Costa. *Adolescente em conflito com a lei*: da indiferença à proteção integral. Uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- SARLET, Ingo W. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- VERONESE, Josiane Petry. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTR, 1999.
- WALD, Arnold. *O novo Direito de família*. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino americano e o caribenho. In: *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2004.

Recebido em: 30/4/2008

Aprovado em: 19/9/2008